



Albano Franco acha que acordo sairá



Fernando Henrique: negociação continua

Centrão negocia e adia acordo da estabilidade

BRASÍLIA — Sucessivas reuniões realizadas ontem não foram suficientes para selar um acordo entre os diversos grupos da Constituinte em torno da estabilidade no emprego. Hoje de manhã, haverá novas rodadas de conversações e, ao mesmo tempo, o PMDB deverá concluir uma consulta à bancada para avaliar a receptividade da emenda do Deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que prevê a garantia da relação de emprego regulada em lei complementar que assegure a "indenização compensatória sem prejuízo de outros direitos".

Esta proposta teve, na primeira consulta, o apoio de cem peemedebistas que estavam no plenário da Constituinte. Por outro lado, o Centrão, que não aceita a emenda de Ronaldo César Coelho, ouviu os juristas Hugo Gueiros, da Universidade de Brasília, e Otávio Bueno Magano, da Universidade de São Paulo e Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que entenderam ser muito genérica e indefinida a expressão "sem prejuízo de outros direitos". Por sugestão de Gueiros, foi analisada a troca de "outros direitos" por "outras sanções". Este texto, contudo, não foi aceito pelo PMDB.

Durante almoço na residência do Deputado Ulysses Guimarães, que contou com a presença dos Líderes do PMDB, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do Senador Virgílio Távora (PDS-CE) e de Ronaldo César Coelho, entre outros parlamentares, o Deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) foi o emissário dessa nova fórmula do Centrão. A reação dos peemedebistas foi contundente no sentido de rejeitá-la. Eles preferem continuar apoiando a proposta de Ronaldo César Coelho, que

sofreu pequena alteração por sugestão de Virgílio Távora.

Durante todo o dia, os parlamentares do Centrão e do PMDB fizeram reuniões separadas para discutir todas as alternativas. Antes do almoço, o Senador Mário Covas teve um encontro com integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP), do PMDB, que desejam a inclusão no texto da expressão "nulidade dos atos de demissão", caso o partido aceite a indenização. O Senador Fernando Henrique Cardoso disse, por sua vez, que a proposta de Ronaldo César Coelho ainda continua sendo objeto de negociação e que alguns integrantes do Centrão não querem definir a estabilidade na Constituição.

Pela manhã, Ulysses Guimarães afirmou que o acordo "já está quase maduro" em torno da emenda de Ronaldo César Coelho e manifestou esperança de concretizá-lo ainda hoje. Explicou que a fórmula atende aos interesses dos trabalhadores e dos empresários, reconhecendo, por um lado, a garantia no emprego e, por outro, incluindo a indenização. Além disso, remete a regulamentação da questão para lei ordinária.

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco, expressou também sua confiança no acordo. No seu entender, o que restava para concretizá-lo era a concordância de alguns integrantes do Centrão, como Luiz Ponte e José Geraldo, que voltaram à noite a se reunir na residência do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) para um novo exame da proposta de Ronaldo César Coelho e análise de suas próprias fórmulas, a fim de se chegar a um entendimento.

Telefoto de J. França



A sessão de ontem da Constituinte, pela falta de quorum, limitou-se ao pinga-fogo

Ulysses acredita que hoje haverá quorum

BRASÍLIA — Pela falta de apenas seis parlamentares, a Constituinte deixou ontem de obter os 280 votos necessários para dar quorum à sessão que encerraria a votação do Capítulo I, Título II, do projeto de Constituição, que trata dos direitos individuais e coletivos. Mesmo lamentando as ausências, dizendo que a sanção da opinião pública é a medida mais enérgica contra os parlamentares faltosos, o Presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, acredita que hoje haverá quorum para dar seguimento à votação. Ulysses recebeu informações de que vários parlamentares estariam a caminho de Brasília, em consequência dos inúmeros apelos feitos aos ausentes.

Pela terceira vez consecutiva, a sessão resumiu-se ao pinga-fogo e foi encerrada quando o painel eletrônico acusou a presença de 274 Constituintes no plenário. O Presidente da Constituinte está analisando

uma série de sugestões que possam garantir o andamento rápido dos trabalhos e compatibilizar a necessidade que têm os parlamentares de usarem o pinga-fogo para pronunciamentos com os trabalhos de votação. Para isso, marcaria sessões matinais, onde os Constituintes poderiam fazer suas comunicações.

Há uma série de idéias que podemos adotar, mas é preciso que haja número. Não havendo número não se pode votar — disse Ulysses, após encerrar a terceira sessão da Constituinte sem quorum para votação.

Durante a sessão de ontem, o Deputado Paulo Delgado (PT-MG) apresentou requerimento à Mesa pedindo que ela informasse quais os Deputados e Senadores que não compareceram a um terço das sessões. Segundo Delgado, pela atual Constituição, eles podem perder o mandato.